

Pedro Fernández Sánchez

Sócio

pfs@servulo.com

Assistente Pessoal: Susana Correia

(+351) 210 933 000

scc@servulo.com

<https://www.servulo.com>



PERFIL

Na **SÉRVULO** desde 2008, é sócio no departamento de Público. Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Doutor, pela mesma Faculdade, em 2015, com tese intitulada “Lei e Sentença – Separação dos Poderes Legislativo e Judicial no Constitucionalismo Português”. Membro da Direção do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Universidade de Lisboa, é também Investigador Principal do Centro de Investigação de Direito Público da mesma Faculdade. Docente convidado em Cursos de Pós-Graduação na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra desde 2009. Docente convidado da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa desde 2008. Formador convidado do Centro de Estudos Judiciários, do Instituto Nacional de Administração e do Instituto de Gestão e Administração Pública. Diplomado pela Academia Europeia de Direito Público em 2007. Orador em conferências e seminários organizados por Universidades e outras entidades públicas e privadas sobre temas nas áreas do Direito Constitucional e do Direito Administrativo. Autor de livros e de artigos sobre matérias das mesmas áreas. Inscrito na Ordem dos Advogados desde 2008. Fundador e primeiro Diretor da Revista de Direito Administrativo.

EXPERIÊNCIA RELEVANTE

Consultor responsável pela realização de dezenas de estudos e pareceres jurídicos a pedido de entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, nas áreas do Direito Constitucional e do Direito Administrativo. Responsável pela preparação, montagem e gestão de numerosos procedimentos de contratação pública adotados pelo Governo Português e por outras entidades públicas de âmbito nacional, regional e autárquico, em especial para aquisição de equipamentos de segurança e proteção civil, para conceção e execução de projetos

de grandes obras públicas e para realização de parcerias público-privadas relativas a projetos hospitalares e a infraestruturas rodoviárias.

Formador convidado pelo Governo Português e por outras entidades públicas e privadas para formação do respetivo pessoal nas áreas do Direito Constitucional, do Direito Administrativo e da Contratação Pública.

Membro das equipas responsáveis pela redação de projetos legislativos estruturantes para o Direito Público Português, incluindo da equipa de redação do Código dos Contratos Públicos de 2008 e dos diplomas de revisão do mesmo Código.

Consultor convidado para a redação de projetos legislativos em outros Estados-Membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

EXPERTISE

- Arbitragem
- Covid-19: Apoio Jurídico às Empresas
- Público

RECONHECIMENTOS

Best Lawyers 2022

Administrative Law - TIER Recommended

Public Law - TIER Recommended

Best Lawyers 2021

Administrative Law - TIER Recommended

Public Law - TIER Recommended

Best Lawyers 2020 Global Business Edition

Administrative Law - TIER Recommended

Public Law - TIER Recommended

Best Lawyers 2020

Administrative Law - TIER Recommended

Public Law - TIER Recommended

Legal 500 2021

Public Law - TIER Other Key Lawyers

Legal 500 2020

Public Law - TIER

João Amaral e Almeida, Mark Kirkby and Pedro Fernández Sánchez demonstrate outstanding performance, technical knowledge and remarkable interpersonal skills.

Chambers Europe 2022

Public Law - TIER 4

Pedro Fernández Sánchez is a solid public law adviser recognised by clients for his 'very strong skills'. He frequently represents clients before the administrative court, in addition to assisting with the regulatory aspects of public procurements.

Chambers Europe 2021

Public Law - TIER 4

Pedro Fernández Sánchez is capable of assisting with regulatory aspects related to public procurement and urban rehabilitation projects.

LIVROS E ARTIGOS CIENTÍFICOS

2022

Pedro Fernández Sánchez publica comentário à Revisão de 2022 do Código dos Contratos Públicos 2022 | AAFDL Editora

2021

Apresentação da Reforma da Lei dos Contratos Públicos de Angola por Pedro Sánchez

2021 | in Revista de Direito Administrativo #10

A Revisão de 2021 do Código dos Contratos Públicos

2021 | Pedro Fernández Sánchez | AAFDL

2020

Direito da Contratação Pública

2020 | AAFDL Editora

Pedro Fernández Sánchez participa no E-Book Covid-19 e o Direito

2020 | in COVID 19 e o Direito, Edições Universitárias Lusófonas

2019

Estudos sobre Contratos Públicos

2019 | Almedina

2018

Pedro Sánchez participa na Revista Comemorativa dos 10 Anos da Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas de Cabo Verde

2018

CCP e Constituição: problemas na aplicabilidade de procedimentos de contratação pública à luz da Constituição Portuguesa

2018 | in A Constituição e a Administração Pública

Os Organismos de Direito Público

2018 | in Organização Administrativa: Novos Actores, Novos Modelos, Volume II, AAFDL, p.265-294

Pedro Sánchez escreve na Revista Vida Judiciária sobre preço anormalmente baixo

2018 | in Revista Vida Judiciária

40 Anos da Constituição

2018 | in 40 Anos da Constituição

Revista de Direito Administrativo #2

2018 | in Revista de Direito Administrativo #2

Comentários à Revisão do Código dos Contratos Públicos

2018 | in Comentários à Revisão do Código dos Contratos Públicos

X Encontro Professores de Direito Público

2018 | in X Encontro Professores de Direito Público

IV Seminário Luso-Brasileiro de Direito Constitucional

2018 | in IV Seminário Luso-Brasileiro de Direito Constitucional

Cadernos de Justiça Administrativa 125

2018 | in Cadernos de Justiça Administrativa 125

Estudos em Homenagem a Mário Esteves de Oliveira

2018 | in Estudos em Homenagem a Mário Esteves de Oliveira

2017

A Proibição de Participação numa Entidade Adjudicatária Selecionada ao abrigo de uma Relação In House

2017 | in Anuário de Direito Internacional 2014-2015, ID do MNE

Lei e Sentença - Separação dos Poderes Legislativo e Judicial na Constituição Portuguesa

2017 | Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Volume I e II

2016

Poderes Presidenciais sobre a Formação e a Subsistência do Governo

2016 | Coimbra, Coimbra Editora

A Tutela Ressarcitória no Direito dos Contratos Públicos: Interesse Contratual Positivo ou Negativo e Perda de Chance

2016 | in O Direito, 147.º (2015) IV, Coimbra, pp. 853-896

A Prova no Novo CPA

2016 | in Comentários ao Novo Código do Procedimento Administrativo, 3.ª edição, AAFDL, Lisboa, pp. 107-138

Comentários ao Anteprojeto de Revisão do Código dos Contratos Públicos (Agosto 2016) - Regime da Contratação Pública

2016

O preço anormalmente baixo

2016 | in Revista do Ministério Público, Ano 37, Número 148, Outubro/Dezembro 2016

2015

A não vinculação do juiz comum às decisões do Tribunal Constitucional sobre a restrição de efeitos de declarações de inconstitucionalidade com força obrigatória geral

2015 | in O Direito, 147.º (2015), II, pp. 363-398

A persistência das dúvidas acerca do alcance das causas de não adjudicação em procedimentos de contratação pública - Ac. do STA de 20.3.2014, P. 1898/13

2015 | in Cadernos de Justiça Administrativa, Nº 109, Janeiro/Fevereiro 2015, pp. 47-64

Caderno Sérvulo de Contratos Públicos I

2015 | in Sérvulo e Associados, Lisboa

Breve Nota sobre uma Inovação na Jurisprudência Constitucional Portuguesa

2015 | in Lisbon Law Review - Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2015, pp. 93-110

Notas sobre o Fenómeno da Alteração de Circunstâncias no Decurso do Procedimento Pré-Contratual

2015 | in Revista do Centro de Estudos Judiciários, 2015-I

2014

A adoção (excepcional) do ajuste direto por motivos artísticos para elaboração de projetos de arquitetura

2014 | in Revista de Contratos Públicos, Nº 10 (Janeiro/Abril 2014), CEDIPRE, pp. 43-68

2011

Temas de Contratação Pública I

2011 | Coimbra Editora, Lisboa

2010

Os Parâmetros de Controlo da Privatização Administrativa: Instrumentos de Fiscalização Judicial da Decisão Jurídico-Pública de Privatização

2010 | Edições Almedina, Coimbra

Alteração de Circunstâncias e Modificação de Propostas em Procedimentos de Contratação Pública

2010 | in Estudos de Contratação Pública III, CEDIPRE, Coimbra Editora, Lisboa

A exclusão de responsabilidade criminal das entidades públicas - da inconstitucionalidade dos n.ºs 2 e 3 do artigo 11.º do Código Penal

2010 | in Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia, Volume IV, Coimbra Editora, Lisboa, pp. 65-111

A contratação pública de serviços de assessoria jurídica

2010 | in Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia, Volume II, Coimbra Editora, Lisboa, pp. 373-414

2009

As medidas excepcionais de contratação pública para os anos de 2009 e 2010 - Breve comentário ao Decreto-Lei n.º 34/2009, de 6 de Fevereiro

2009 | Coimbra Editora, Lisboa